

Dívida dos estados chega a R\$ 95,7 bi

Pagamento exigiria um ano e 10 meses de receita de ICMS mais transferências

Adriana Chiarini

• BRASÍLIA. A dívida total dos estados chegou a R\$ 95,721 bilhões em outubro. Se fossem quitar esse débito, os governadores teriam que usar toda a receita do ICMS e as transferências constitucionais que recebem da União no período de um ano e dez meses. De setembro para outubro, a dívida cresceu 3,1%.

Para o Ministério da Fazenda, o ideal seria que a dívida fosse no máximo igual ao total da arrecadação e dos repasses constitucionais. Até setembro, essas receitas somaram R\$ 48,423 bilhões, ou metade da dívida. Em 1995, o total foi de R\$ 56,258 bilhões.

Precatórios é brecha para a emissão de títulos

Pelo acordo de rolagem das dívidas proposto pelo Governo federal, somente depois de reduzir o endividamento ao equivalente a um ano de receita os governadores poderiam voltar a contrair débitos. Mas os governos estaduais encontraram uma brecha jurídica: os precatórios judiciais. Para cumprir sentenças judiciais anteriores à Constituição, os estados são autorizados a contratarem dívida nova e emitirem títulos.

Com isso, a dívida em títulos para pagamento de precatórios de antes de novembro de 1988 cresceu 61% ano passado. Passou de R\$ 6,17 bilhões em outubro de 95 para R\$ 9,937 bilhões no mês passado. Os títulos emitidos por estados e municípios para pagar precatórios já representam 20% do total da dívida mobiliária (em títulos) estadual e municipal (R\$ 49,914 bilhões em outubro).

No mês passado, a maior causa do aumento da dívida mobiliária

foi a emissão de R\$ 608 milhões por Santa Catarina para pagar precatórios. A dívida do estado cresceu 79,9%.

Débitos no exterior chegam perto de R\$ 3 bilhões

A dívida dos 16 estados e cinco municípios com títulos emitidos cresceu 3,05%. A maior parcela da dívida, R\$ 48,369 bilhões, é formada por empréstimos bancários com prazo superior a um ano. Outros R\$ 43,573 bilhões correspondem a títulos emitidos (dívida mobiliária) com prazo médio variando de oito meses e 22 dias (Goiás), a 38 meses e 25 dias (Paraíba). A dívida externa ficou em R\$ 2,962 bilhões em setembro, e os empréstimos de curtíssimo prazo somavam R\$ 816 milhões.

O Senado quer saber se os recursos captados são mesmo usados para pagar precatórios. Mas técnicos do Ministério da Fazenda acreditam que, diante do contingenciamento do crédito, os precatórios podem estar sendo usados como pretexto pelos governadores, que usariam o dinheiro para outras finalidades, como pagar salários.

O Governo de São Paulo, por exemplo, que deve R\$ 4,744 bilhões por títulos emitidos para pagar precatórios, diz que não tem como comprovar que os recursos foram usados nisso. Segundo o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira, antes os estados não se preocupavam com os precatórios porque, com a inflação, era mais fácil administrar as contas públicas.

— Ou ainda não tinham descoberto que podiam emitir títulos para isso — disse, com ironia. ■